

08.março.2018 – 14h00m

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO DE PETICIONÁRIOS – [Petição n.º 398/XIII/3.ª](#) - Solicita a adoção de medidas com vista à isenção de propinas para os alunos carenciados.

Entidade: Hugo Rocha
Identificados na [página da Comissão](#).

Recebidos por: Margarida Balseiro Lopes (GP do PSD, que presidiu à audiência), Luís Monteiro (BE) e Ana Mesquita (PCP)

Assunto: Petição n.º 398/XIII/3.ª - Solicita a adoção de medidas com vista à isenção de propinas para os alunos carenciados.

Exposição: A Senhora Deputada Margarida Balseiro Lopes (PSD, que presidiu à reunião) cumprimentou o peticionário e informou dos tempos fixados para a audiência.

O peticionário referiu que apresentou a petição de um problema que ocorreu com o próprio, e que na sua opinião é aplicável a muitos outros estudantes.

No caso do peticionário é-lhe impossibilitada a inscrição no ensino superior, uma vez que não dispõe de capacidade económica para solver a dívida de propinas que possui.

Assim, solicita um consenso político alargado quanto a esta matéria, no sentido de permitir e possibilitar que mais jovens acedam ao ensino superior, independentemente dos seus rendimentos, por se tratar de um problema que afeta muitos estudantes, e equiparando o ensino superior aos cuidados ao nível da saúde, apelou a idêntico tratamento.

Terminou reclamando o seu direito a estudar.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) referiu que o testemunho do peticionário é de facto muito importante. Expôs, de seguida, que o seu Grupo Parlamentar tem uma posição histórica nesta matéria que passa pela eliminação das propinas ao nível do ensino superior, em virtude da leitura que fazem do direito ao ensino previsto na Constituição da República Portuguesa.

Referiu que o caso do peticionário espelha o caso de muitos estudantes que acabaram por desistir por terem dívidas de propinas e por o próprio regulamento de bolsa não permite cobrir estas situações, tratando-se de anomalias que devem ser corrigidas.

Prosseguiu, referindo, que o seu Grupo Parlamento já apresentou vários projetos com vista a terminar com as propinas no ensino superior, bem como a alterar o regulamento de bolsas, propostas estas que foram rejeitadas em sede de votação em Plenário.

Aludiu, ainda, à iniciativa apresentada no início da legislatura que permitia que os alunos pudessem ingressar no ensino superior, não sendo a medida pretendida pelo seu Grupo Parlamentar, mas dava a oportunidade de poder ingressar novamente no ensino superior. Terminou, referindo que o seu Grupo Parlamentar irá continuar este debate e agradeceu pela apresentação da petição.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) agradeceu pelo apelo lançado com esta petição, por retratar uma questão que o Grupo Parlamentar do PCP acompanha de perto. Com efeito, já apresentaram várias iniciativas, ao longo de várias legislaturas, com vista ao estabelecimento da gratuitidade do ensino superior.

Na opinião do Grupo Parlamentar do PCP o direito de acesso ao ensino superior é um direito constitucional que assiste a todos e logo têm de ser encontradas soluções para que todos tenham acesso ao ensino superior, o que passará, forçosamente, pela não aplicação de propinas.

Expôs, ainda, que o seu Grupo Parlamentar entende que é preciso começar por alterar a lei de financiamento e da ação social, no sentido de garantir a gratuitidade do ensino superior, nomeadamente é preciso que as instituições não dependam das propinas para sobreviver. Terminou, referindo que as iniciativas do PCP são uma solução para o presente caso e que esperam que os outros Grupos Parlamentares as acompanhem, para tornar este direito num direito universal.

A Senhora Deputada Margarida Balseiro Lopes (PSD) na qualidade de deputada relatora e de representante do Grupo Parlamentar do PSD começou por referir que o PSD é a favor da existência de propinas escolares, e que tem vindo a aprovar orçamentos que retratam essa preferência.

Referiu que, independentemente da questão da existência de propinas, quem não pode pagar a propina deve ter direito a um apoio para poder estudar, elencando, de seguida, atuações do seu Grupo Parlamentar, enquanto Governo, nomeadamente o ter potenciado a atribuição de maior número de bolsas; a alteração ao Regulamento de Bolsas e da definição de um dia fixo para a receção das bolsas pelos estudantes, a par de outras medidas.

Terminou, referindo que, ainda assim, é preciso trabalhar o regulamento para que este não tenha uma aplicação cega, sendo necessário que atenda às situações pessoais dos estudantes.

Devolvida a palavra ao peticionário o mesmo agradeceu as intervenções e referiu, ainda, que antigamente havia a possibilidade de reingresso, e que esta não é possível hoje em dia porque vão sempre buscar o histórico da pessoa, e contabilizam esse histórico para atribuição de bolsa.

A Senhora Deputada Margarida Balseiro Lopes (PSD) agradeceu a presença do peticionário.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

A audiência foi objeto de gravação, disponível na [página da Comissão na internet](#), constituindo parte integrante desta ata, o que dispensa maiores desenvolvimentos nesta sede.

Palácio de São Bento, 8 de março de 2018

A assessora
Ágata Leite